



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

CREDENCIAMENTO

001/2026

OBJETO

Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	PROCEDIMENTO	CATSERV	UND.	VALOR UNITARIO
01	Esofagogastroduodenoscopia (Endoscopia Digestiva Alta)	7056 (genérico)	SERV.	R\$ 550,00
02	Colonoscopia	7048 (genérico)	SERV.	R\$ 1.040,00

O valor estimado inicial da contratação é de **R\$ 192.160,00 (cento e noventa e dois mil, cento e sessenta reais)**.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12 meses a partir da publicação no PNCP.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	3
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.....	6
4. DA HABILITAÇÃO.....	8
5. DOS RECURSOS	10
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	10
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	13
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS.....	13
9. DA CONTRATAÇÃO.....	13
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.	14
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	15
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	16
13. DISPOSIÇÕES GERAIS	16





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

EDITAL

CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
(Processo Administrativo nº 211/2026)

Torna-se público que o(a) **Prefeitura Municipal de Buritis**, por meio do(a) **Superintendência de Licitação e Contratação - SLC**, sediado(a) na **Rua São Lucas nº 2476, setor 06, Buritis - RO**, realizará CREDENCIAMENTO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 13.509/2023, Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de interessados para **prestação de serviços de exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 79º, inciso **I**, da lei 14.133/2021.
- 1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

- 2.1. Poderão participar deste Credenciamento os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal Licitanet: (<http://www.licitanet.com.br/>) e atenderem todas as condições previstas no Estudo Técnico Preliminar, Termo e de Referência e deste edital.
- 2.2. As pessoas jurídicas interessadas no credenciamento deverão possuir estabelecimento hospitalar regularmente instalado e em funcionamento no Município de Buritis/RO, devidamente licenciado pelos órgãos sanitários competentes, compatível com a natureza e complexidade dos exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, garantindo suporte assistencial imediato em caso de intercorrências clínicas.
- 2.3. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Credenciamento Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: www.licitanet.com.br.
- 2.4. O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 175 parágrafo § 1º da Lei nº 14.133/21.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

2.5. O licitante poderá promover a sua inscrição para participar do credenciamento, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

2.6. A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Buritis.

2.7. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.10. Não poderão participar do credenciamento:

- 2.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto do credenciamento;
- 2.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o credenciamento versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.10.6. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

- 2.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
- 2.10.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.10.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.12. O impedimento de que trata o item 2.10.6 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
- 2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.10.4 e 2.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.15. O disposto nos itens 2.10.4 e 2.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.16. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.17. A vedação de que trata o item 2.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.





EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR

3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no Licitanet e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico no sistema LICITANET: <http://www.licitanet.com.br/> o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

ITEM	PROCEDIMENTO	CATSERV	UND.	VALOR UNITARIO
01	Esofagogastroduodenoscopia (Endoscopia Digestiva Alta)	7056 (genérico)	SERV.	R\$ 550,00
02	Colonoscopia	7048 (genérico)	SERV.	R\$ 1.040,00

3.1.1. O interessado deve preencher no "Requerimento/Proposta de participação" qual(is) item(ns) tem a intenção de se credenciar.

3.1.2. *O valor estimado inicial da contratação é de R\$ 192.160,00 (cento e noventa e dois mil, cento e sessenta reais), correspondente à estimativa necessária para atendimento da demanda atualmente existente, especialmente os procedimentos já identificados na fila de espera da regulação municipal (sendo 200 exames do item 1 e 79 do item 2);*

3.1.3. *Após o atendimento da demanda inicial, os serviços serão executados de forma contínua, conforme surgimento de novas necessidades, sendo os atendimentos distribuídos entre os prestadores devidamente credenciados, nos termos dos critérios estabelecidos neste instrumento;*

3.1.4. *Os instrumentos contratuais a serem firmados com os prestadores credenciados observarão limites financeiros iniciais compatíveis com a disponibilidade orçamentária vigente, podendo ser ajustados, ampliados ou formalizados novos instrumentos à medida que houver incremento de demanda e disponibilidade de recursos;*

3.1.5. *Ressalta-se que o valor indicado possui natureza estimativa, não constituindo obrigação de execução integral, uma vez que a remuneração dos credenciados estará vinculada exclusivamente aos procedimentos efetivamente realizados e previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA;*

3.1.6. *Sempre que houver pluralidade de prestadores credenciados em condições equivalentes de habilitação, capacidade operacional e aptidão para realização do procedimento, os encaminhamentos serão distribuídos de forma igualitária entre os contratados, mediante controle da regulação municipal, de modo a assegurar tratamento isonômico, impessoalidade e equilíbrio na execução contratual.*





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

- 3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.
- 3.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:
- 3.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição;
- 3.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 3.7. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

3.9. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e ANEXO II deste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

4.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.5. O órgão credenciante terá o prazo de **5 (CINCO)** dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

4.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública ou pelo SICAF, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. Será verificado se o interessado apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.8. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

4.9. A habilitação poderá verificada por meio do Sicaf, em relação aos documentos por ele abrangidos.

4.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.10. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.11. A verificação pela agente de contratação e equipe de apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

4.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio eletrônico <http://www.licitanet.com.br/> até a conclusão da fase de habilitação.

4.12. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da agente de contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos interessados, em até **2 [duas]** horas, para:

4.12.1 a aferição das condições de habilitação do interessado, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

4.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

4.12.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo interessado;

4.12.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

4.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao interessado, implicando sua inabilitação.

4.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

4.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

5. DOS RECURSOS

- 5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.
- 5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.
- 5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:
- 5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 1 (um) dia útil, sob pena de preclusão;
- 5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.
- 5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail, protocolo eletrônico, portal do órgão, entre outros).
- 5.5. O recurso será dirigido à agente de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.
- 5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **www.buritis.ro.gov.br**

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:
- 6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;
- 6.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;
- 6.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;
- 6.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

- 6.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
- 6.1.6. fraudar o credenciamento;
- 6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 6.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 6.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 6.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 6.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- 6.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 6.2.1. advertência;
 - 6.2.2. multa;
 - 6.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 6.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
 - 6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato.
 - 6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º, da IN SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <http://www.licitanet.com.br/> e email: cpl@buritis.ro.gov.br telefone para confirmação (69) 99991-2637.

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP e www.buritis.ro.gov.br.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A Administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela Administração, será de **5 (cinco) dias**.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

9.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a Administração deverá realizar consulta ao Sicafe para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

9.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de **12 (doze) meses**, com início da data da publicação no PNCP, podendo ser prorrogada sucessivamente, mediante interesse da Administração e observada a vantajosidade, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

9.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

10.1. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:

10.1.1. *Havendo mais de um prestador devidamente credenciado e apto à execução dos serviços, a distribuição dos atendimentos deverá ocorrer de forma isonômica e equilibrada entre os contratados, observados, cumulativamente, os seguintes critérios;*

10.1.2. *a indicação clínica do paciente;*

10.1.3. *a prioridade assistencial definida pela regulação municipal;*

10.1.4. *A especialidade e os serviços para os quais o prestador esteja efetivamente habilitado;*

10.1.5. *A capacidade instalada e a disponibilidade de agenda do estabelecimento credenciado;*

10.1.6. *A disponibilidade orçamentaria do município;*





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

10.2 Sempre que houver pluralidade de prestadores credenciados em condições equivalentes de habilitação, capacidade operacional e aptidão para realização do procedimento, os encaminhamentos serão distribuídos de forma igualitária entre os contratados, mediante controle da regulação municipal, de modo a assegurar tratamento isonômico, impessoalidade e equilíbrio na execução contratual.

10.3. A distribuição igualitária prevista no subitem anterior poderá ser relativizada, de forma devidamente motivada, nas hipóteses em que houver necessidade clínica específica do paciente, indisponibilidade de agenda, limitação temporária da capacidade de atendimento, suspensão de execução, ou outra circunstância técnica ou administrativa que justifique o encaminhamento a determinado credenciado.

10.4. Caberá à SEMUSA, por meio do setor de regulação, realizar o controle, acompanhamento e registro da distribuição dos atendimentos entre os credenciados, de forma a assegurar transparência, rastreabilidade e observância aos critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1. Pedido formalizado pelo credenciado, **no prazo de 30 (trinta) dias**;

11.4.2. Perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.3. Suspensão, cancelamento ou vencimento do alvará sanitário, da autorização de funcionamento ou de qualquer outra licença necessária à execução dos exames;

11.4.4. Prática de irregularidade apuradas pela fiscalização da SEMUSA ou por órgãos de controle interno ou externo

11.4.5. Descumprimento das cláusulas previstas neste Termo de Referência, no edital de chamamento público ou no instrumento de credenciamento;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

11.4.6. descumprimento de normas técnicas, éticas, assistenciais ou sanitárias aplicáveis à atividade;

11.4.7. Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.4.8. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 0 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 0, 0, 11.4.4, 11.4.5, 11.4.6, 11.4.7 e 11.4.8 além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da Administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente edital terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar de publicação no PNCP.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência >





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>) e **PORTAL LICITANET** (<http://www.licitanet.com.br>).

13.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.5.1. ANEXO I – Modelo da Proposta;
- 13.5.2. ANEXO II – Condições para Habilitação;
- 13.5.3. ANEXO III – Minuta do Contrato
- 13.5.4. ANEXO IV – Termo de Referência;
- 13.5.4.1. Apêndice do Anexo V – Estudo Técnico Preliminar.

Buritis, 15 de abril de 2026.

Thiago Alves de Sousa

Superintendente de Licitações e Contratações

Portaria: 205/GAB/2023





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

ANEXO I DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 01/2026/SLC
PROCESSO Nº 211/2026/SEMUSA

LICITANTE: _____

CNPJ: _____ TEL.: _____ E-MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

BANCO: _____ AG.: _____ C. CORRENTE: _____

Item	Especificação	Unidade De Medida	Valor Unitário (R\$)

Valor total:

Valor total por extenso:

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Obs: Ao Licitante:

Encaminhar juntamente com a proposta os dados do Responsável pela Assinatura contrato, incluindo: nome, CPF, data de nascimento, telefone (de preferência WhatsApp) e e-mail. Essas informações são essenciais para a formalização do contrato e comunicação entre as partes.

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. - Declaramos que nos preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em firmar a contratação no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

ANEXO II DO EDITAL

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação, ou da Certidão de Registro Cadastral – CRC da Prefeitura Municipal de BURITIS, ou pelo SICAF. *Caso haja alguma certidão vencida, a mesma deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo compreendido entre a divulgação do edital no sítio eletrônico e o horário limite da sessão pública, conforme descrito no preâmbulo deste edital.* Os documentos de habilitação abaixo, que não forem contemplados pelo CRC OU SICAF deverão também ser remetidos:

1. HABILITAÇÃO JURIDICA:

- a. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

j. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. REGULARIDADE FISCAL:

2.1 Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal e INSS**. (Unificada)

2.2 Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**.

2.3 Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante.

2.4 Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**.

2.5 **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (Lei nº 12.440/11).

2.6 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Qualificação Técnico-Operacional

3.1. Comprovação de inscrição e situação ativa no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

3.2. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária vigente.

3.3. Declaração de que o estabelecimento dispõe de estrutura física, equipamentos e condições técnicas adequadas para a realização dos exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, incluindo, no mínimo: sala de procedimentos adequada; equipamentos específicos para endoscopia ou colonoscopia (conforme o item que a mesma esta solicitando o credenciamento); condições de higiene e biossegurança; área de recuperação pós procedimento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

Qualificação Técnico-Profissional

3.4. Apresentação de responsável técnico médico, com inscrição ativa no Conselho Regional de Medicina – CRM.

3.5. Comprovação de vínculo do(s) profissional(is) com a interessada, podendo ser mediante: contrato social (quando sócio), contrato de prestação de serviços, vínculo empregatício, ou outro instrumento jurídico válido.

3.6. O profissional médico responsável pela realização dos exames de endoscopia digestiva alta e/ou colonoscopia deverá comprovar aptidão técnica para a execução dos procedimentos, mediante apresentação de, no mínimo, um dos seguintes documentos:

- a) título de especialista reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina – CFM ou pela Associação Médica Brasileira – AMB, na área compatível (gastroenterologia, endoscopia digestiva ou área correlata); ou
- b) certificado de conclusão de curso de especialização, residência médica ou treinamento específico na área de endoscopia digestiva e/ou colonoscopia; ou
- c) comprovação de experiência profissional na realização dos referidos procedimentos, por meio de atestados, declarações ou documentos equivalentes.

Disposições Complementares

3.7. A exigência de qualificação técnica limita-se ao mínimo necessário para assegurar a adequada execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.8. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas e a efetiva disponibilidade da estrutura e dos profissionais indicados.

3.9. A não comprovação das condições exigidas poderá ensejar a inabilitação da interessada ou a sua exclusão do credenciamento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 Certidão negativa de Falência ou Recuperação Financeira expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, conforme inciso II, do art. 69, da Lei nº 14.133/21.

Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;

5. Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

6. Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

7. Os documentos anexados serão considerados originais para os efeitos legais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 337 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/21.

8. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

9. Reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso do credenciamento, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

ANEXO III DO EDITAL

MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA**, com sede na Rua São Lucas nº 2476, Setor 06, na cidade de Buritis, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº 01.266.058/0001-44, neste ato representado pelo Sr. Valtair Fritz dos Reis, Prefeito deste município, através da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representada por, decreto nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a), inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 211-2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 13.509, de 15 de março de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Credenciamento Eletrônico nº 001/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a **Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	PROCEDIMENTO	CATSERV	UND.	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Esofagogastroduodenoscopia (Endoscopia Digestiva Alta)	7056 (genérico)	SERV.		R\$	R\$
02	Colonoscopia	7048 (genérico)	SERV.		R\$	R\$





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

VALOR	R\$
-------	-----

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital de Credenciamento;

1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, da publicação do contrato no PNCP conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa da vantagem administrativa e disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de **execução contratual**, os modelos de **gestão** e de **execução**, assim como os **prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento** do objeto constam no presente Contrato e no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.3. A comunicação entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, como por exemplo: e-mail e WhatsApp.

3.4. **EXECUÇÃO DO OBJETO (conforme item 5 do termo de referência):**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

3.4.1 A execução do objeto ocorrerá por meio de credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na área da saúde, habilitadas para a realização de exames de esofagogastroduodenoscopia (endoscopia digestiva alta) e colonoscopia, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital de chamamento público.

3.4.2 Os serviços serão prestados de forma não exclusiva, mediante contratação paralela e simultânea dos prestadores credenciados, sendo a distribuição da demanda realizada exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, por meio dos sistemas oficiais de regulação.

3.4.3 Havendo mais de um prestador devidamente credenciado e apto à execução dos serviços, a distribuição dos atendimentos deverá ocorrer de forma isonômica e equilibrada entre os contratados, observados, cumulativamente, os seguintes critérios:.

a indicação clínica do paciente;

3.4.4 Durante a indicação clínica do paciente;

3.4.5 Indicação clínica do paciente;

3.4.6 A prioridade assistencial definida pela regulação municipal;

3.4.7 A especialidade e os serviços para os quais o prestador esteja efetivamente habilitado;

3.4.8 A capacidade instalada e a disponibilidade de agenda do estabelecimento credenciado; e

3.4.9 A disponibilidade orçamentária do Município.

3.4.10 Sempre que houver pluralidade de prestadores credenciados em condições equivalentes de habilitação, capacidade operacional e aptidão para realização do procedimento, os encaminhamentos serão distribuídos de forma igualitária entre os contratados, mediante controle da regulação municipal, de modo a assegurar tratamento isonômico, impessoalidade e equilíbrio na execução contratual.

3.4.11 A distribuição igualitária prevista no subitem anterior poderá ser relativizada, de forma devidamente motivada, nas hipóteses em que houver necessidade clínica específica do paciente, indisponibilidade de agenda, limitação temporária da capacidade de atendimento, suspensão de execução, ou outra circunstância técnica ou administrativa que justifique o encaminhamento a determinado credenciado.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

3.4.12 Caberá à SEMUSA, por meio do setor de regulação, realizar o controle, acompanhamento e registro da distribuição dos atendimentos entre os credenciados, de forma a assegurar transparência, rastreabilidade e observância aos critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

3.4.13 Os exames serão realizados nas dependências físicas das pessoas jurídicas credenciadas, devidamente licenciadas pelos órgãos sanitários competentes.

3.4.14 Os estabelecimentos deverão estar localizados no Município de Buritis/RO, previamente autorizados pela SEMUSA e compatíveis com as necessidades assistenciais e logísticas do atendimento.

3.4.15 Os usuários serão encaminhados pela regulação municipal com a documentação clínica mínima necessária à realização do exame, conforme protocolos assistenciais do SUS, incluindo hipótese diagnóstica, indicação do procedimento, comorbidades relevantes e informações de risco clínico, quando aplicável.

3.4.16 Caberá à pessoa jurídica credenciada realizar a triagem e avaliação clínica imediata pré-exame, no momento do atendimento, com foco na segurança do paciente (inclusive quanto à sedação, quando utilizada), podendo adiar ou contraindicar o exame por justificativa técnica devidamente registrada em prontuário.

3.4.17 Na hipótese de o paciente apresentar condições clínicas que inviabilizem a realização segura do exame (ex.: ausência de preparo adequado, instabilidade clínica, contraindicações médicas ou documentação essencial incompleta), o prestador deverá devolver formalmente o paciente à regulação municipal, com relatório técnico circunstanciado.

3.4.18 Na hipótese de ausência de documentação clínica obrigatória, exames incompletos, preparo inadequado ou qualquer condição que inviabilize a realização segura do exame, o prestador deverá devolver formalmente o paciente à regulação municipal.

3.4.19 A devolução deverá ser acompanhada de relatório médico circunstanciado, contendo justificativa técnica e orientações para nova avaliação ou reagendamento.

3.4.20 É vedada a realização do exame sem o atendimento integral das condições clínicas, assistenciais e de segurança do paciente.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

3.4.21 Antes da realização dos exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, o prestador credenciado deverá realizar checagem clínica mínima de segurança no dia do exame, com a finalidade exclusiva de verificar a aptidão atual do paciente e a adequação do preparo intestinal (quando aplicável).

3.4.22 Essa checagem não substitui a avaliação já realizada pelo SUS nem a regulação municipal, destinando-se apenas à segurança assistencial e à responsabilidade técnica do prestador no momento da execução.

3.4.23 Caso o profissional identifique condição clínica que inviabilize temporariamente o exame, o paciente deverá ser devolvido à regulação municipal com relatório técnico fundamentado para reprogramação.

3.4.24 A execução dos exames deverá observar rigorosamente os protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e normas técnicas: do Ministério da Saúde; da ANVISA; e do Sistema Único de Saúde – SUS.

3.4.25 Deverão ser garantidas: segurança do paciente, rastreabilidade dos atendimentos, documentação assistencial adequada.

3.4.26 A prestação dos serviços deverá observar integralmente as normas técnicas, sanitárias e assistenciais vigentes, bem como os protocolos clínicos do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo a qualidade do atendimento, a segurança do paciente e a rastreabilidade dos procedimentos realizados.

3.4.27 A pessoa jurídica credenciada será integralmente responsável pelos atos profissionais praticados por sua equipe médica e multiprofissional, incluindo diagnóstico, indicação, execução do procedimento, acompanhamento pós-operatório e eventuais intercorrências clínicas decorrentes da assistência prestada.

3.4.28 Os estabelecimentos credenciados deverão manter estrutura física, equipamentos, insumos, medicamentos e equipe técnica compatíveis com a complexidade dos procedimentos executados, respondendo pela manutenção, funcionamento e regularidade sanitária dos meios utilizados.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

3.4.29 Compete exclusivamente à pessoa jurídica credenciada o gerenciamento, o tratamento e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde gerados em suas dependências, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

3.4.30 Eventuais falhas técnicas, assistenciais ou operacionais identificadas durante a execução dos serviços deverão ser sanadas pelo prestador, sem ônus adicional ao Município, observadas as normas éticas, assistenciais e contratuais aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a fim de evitar os riscos associados à variabilidade, proteção de informações sensíveis ou proprietárias, assegurar o controle qualitativo e a responsabilidade direta da contratada sobre o serviço, conforme o princípio da inexecução contratual. Isso garante que os requisitos de qualidade e especificações técnicas sejam integralmente atendidos. E ainda, a preservar a integridade e a transparência do processo, prevenindo possíveis conflitos de interesse e assegurando o cumprimento das normativas legais aplicáveis.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, garantia e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Para fins de **liquidação**, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

- 6.1.1. A data de emissão;
- 6.1.2. Os dados da contratação e do órgão contratante;
- 6.1.3. O período respectivo de execução da contratação;
- 6.1.4. O valor a pagar;
- 6.1.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 6.1.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 6.1.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
 - 6.1.8.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas edital;
 - 6.1.8.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
 - 6.1.8.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
 - 6.1.8.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

6.1.8.5. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.1.8.5 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.2 O **pagamento** deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas às glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

6.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada em sua proposta de preços.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILIBRIO E REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os valores praticados serão por exame efetivamente realizado, observados os valores de referência do Sistema Único de Saúde – SIGTAP e, quando aplicável, a tabela complementar estadual vigente (tabelas em anexo ao termo de referência), conforme normativos que instruem o processo administrativo e a regulação da SEMUSA.

7.2. Após Os valores serão reajustados conforme a atualização das tabelas citadas no item 7.1.

7.3. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1 A Administração terá o prazo de *15 (quinze) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.11 Realizar a regulação dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, definindo os encaminhamentos aos prestadores credenciados conforme critérios clínicos, classificação de risco, especialidade habilitada, capacidade assistencial e disponibilidade orçamentária.

8.12 Emitir as autorizações administrativas necessárias para a execução de exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, observados os fluxos assistenciais e administrativos da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

8.13 Disponibilizar às pessoas jurídicas credenciadas as informações essenciais ao atendimento dos pacientes regulados, incluindo autorizações, relatórios clínicos e demais documentos pertinentes.

8.14 Designar formalmente o Gestor do Credenciamento, o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

8.15 Analisar a documentação apresentada para fins de faturamento, liquidação e pagamento, procedendo às glosas quando identificadas inconsistências técnicas, assistenciais ou administrativas.

8.16 Efetuar os pagamentos devidos às pessoas jurídicas credenciadas exclusivamente pelos procedimentos efetivamente realizados e devidamente autorizados pela regulação municipal, observados os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

8.17 Notificar formalmente a pessoa jurídica credenciada acerca de irregularidades, falhas ou inconformidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para saneamento, quando cabível.

8.18 Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos destinados ao financiamento da Média e Alta Complexidade – MAC, observando as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

- 9.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.6 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas às causas e justificativas desta decisão;
- 9.7 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- 9.8 Realizar as recargas mediante recebimento da Ordem de Faturamento enviada por e-mail ou ofício, contendo quantidade, valor unitário e identificação da unidade requisitante;
- 9.9 Arcar com todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo transporte, seguro, mão de obra, impostos, encargos e demais despesas diretas e indiretas;
- 9.10 Aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% do valor inicial atualizado, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.11 Atender às determinações da municipalidade para o cumprimento de obrigação contratual assumida, no prazo estabelecido na notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento;
- 9.12 Executar os serviços objeto do credenciamento com qualidade técnica, eficiência e segurança, em estrita conformidade com este Termo de Referência, com o edital de chamamento público, com as autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e com a legislação sanitária e assistencial vigente.
- 9.13 Manter, durante toda a vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária, técnica e sanitária exigidas, apresentando documentação atualizada sempre que solicitada pela Administração.
- 9.14 Disponibilizar profissionais legalmente habilitados, devidamente registrados em seus respectivos Conselhos de Classe, compatíveis com as especialidades credenciadas, responsabilizando-se integralmente pelos atos profissionais praticados.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

9.15 Garantir que os procedimentos de exames especializados sejam realizados em ambiente adequado, com infraestrutura física, equipamentos, insumos, medicamentos e equipe multiprofissional compatíveis com a complexidade assistencial dos serviços ofertados.

9.16 Executar atendimentos exclusivamente mediante autorização prévia da regulação municipal, sendo vedada a realização de procedimentos sem a correspondente autorização administrativa.

9.17 Realizar a verificação clínica e assistencial do paciente no momento do atendimento, confirmando as condições necessárias para a realização segura do exame de endoscopia digestiva alta ou colonoscopia, assumindo integral responsabilidade técnica quanto à execução, adiamento ou contra-indicação do exame, observadas as normas éticas e assistenciais aplicáveis.

9.18 Devolver formalmente o paciente à regulação municipal sempre que constatada ausência de documentação clínica necessária, preparo inadequado, contra-indicação médica ou qualquer condição que inviabilize a realização segura do exame, mediante apresentação de relatório médico circunstanciado contendo justificativa técnica.

9.19 Manter prontuários médicos completos, legíveis e devidamente atualizados, garantindo a rastreabilidade dos atendimentos e a guarda das informações pelo prazo legal.

9.20 Encaminhar à SEMUSA, nos prazos estabelecidos, toda a documentação necessária para fins de faturamento, incluindo autorizações, laudos, relatórios médicos, registros assistenciais e demais documentos exigidos.

9.21 Responsabilizar-se integralmente pela gestão, segregação, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde gerados em suas dependências, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

9.22 Comunicar imediatamente à SEMUSA qualquer intercorrência assistencial, evento adverso grave, cancelamento de procedimento ou impossibilidade de execução, apresentando justificativa formal.

9.23 Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, profissionais, materiais, insumos, medicamentos, equipamentos e demais custos necessários à completa prestação do serviço.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

9.24 Permitir e facilitar o acesso da fiscalização da Administração, dos órgãos de controle e do Sistema Nacional de Auditoria do SUS às instalações, documentos e informações necessárias à verificação da execução dos serviços.

9.25 Manter sigilo absoluto sobre dados pessoais e informações clínicas dos pacientes, observando a legislação de proteção de dados pessoais e o dever ético-profissional.

9.26 Disponibilizar mecanismos de recuperação de dados em caso de falhas, incidentes ou perda de informações.

9.27 Garantir confidencialidade, integridade e proteção de dados pessoais e sensíveis processados pelo sistema, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

9.28 Atender prontamente às solicitações da Administração e prestar os esclarecimentos necessários à adequada execução do credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não será exigida garantia da contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A não exigência de garantia mostra-se adequada em razão da natureza do credenciamento, da execução sob demanda, do pagamento condicionado à efetiva realização dos exames e da fiscalização permanente pela SEMUSA, o que reduz significativamente o risco financeiro para a Administração, sem prejuízo da segurança jurídica e da qualidade assistencial dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete **infração** administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.3 **Advertência**, Aplicável em casos de infrações leves ou formais, sem prejuízo efetivo à Administração, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.4.1 Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado 1 ano de impedimento;

11.4.2 Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação 2 anos de impedimento;

11.4.3 Reincidência no atraso ou não correção após a aplicação das advertências do item 10.3 na execução contratual 1 ano de impedimento;

11.4.4 Descumprimento contratual reiterado que comprometa a finalidade da contratação 2 anos de impedimento;

11.4.5 Não entrega dos serviços 2 anos de impedimento;

11.4.6 Recusa injustificada em cumprir cláusulas contratuais 1 ano de impedimento;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

11.4.7 Fornecimento de serviços diferentes das especificações do edital e termo de referência, desde que a empresa não realiza a correção após a notificação, 2 anos de impedimento e não será realizado o pagamento para itens entregues em desconformidade;

11.4.8 Obstruir investigação ou fiscalização, 3 anos de impedimento.

11.4.9 Demais infrações que se encaixarem nos descumprimentos das alíneas “b”, “c” e “d”.

11.5 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, em situações que envolvam dolo, fraude, falsidade ou dano grave à Administração:

11.5.1 Fornecimento intencional de produtos falsificados ou adulterados;

11.5.2 Simular execução de etapas do contrato sem realizá-las;

11.5.3 Utilizar notas fiscais frias para comprovar entregas não realizadas;

11.5.4 Tentar corromper, ameaçar ou coagir servidor público;

11.5.5 Fornecer documentação sabidamente falsa durante a licitação ou execução do contrato;

11.5.6 Fraudar certidões, atestados técnicos ou balanços contábeis;

11.5.7 Envolvimento comprovado em cartel, superfaturamento ou manipulação de propostas;

11.5.8 Prática reiterada de descumprimentos graves em diversos contratos públicos;

11.5.9 Obstrução proposital de auditoria, fiscalização ou investigação;

11.5.10 Enriquecimento ilícito à custa do erário;

11.5.11 Comprometer intencionalmente a execução de políticas públicas (ex: atrasar a entrega de serviços essenciais ou fornecer exames falsos à população).

11.6 **Multa:**

11.7 **Moratória**, de 0,5% (0,5 por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (quinze por cento);

11.8 O atraso superior a **25 (vinte e cinco dias)** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

11.9 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **8% (vinte por cento)** do valor da contratação:

11.10 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15 (quinze por cento)** a **30% (quinze por cento)** do valor da contratação.

11.10.1 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **6% (seis por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.11 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.12 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento)** a **8% (oito por cento)** do valor da contratação:

11.13.1 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

11.13 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

11.14 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.15 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.16 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.17 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.17.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

11.17.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.18 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.18.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.18.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.18.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.18.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.18.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.19 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.20 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.21 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.21.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

11.22 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.23 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.1.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3 Indenizações e multas.

12.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

12.4 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

Unidade Orçamentária:

02.08.01 – Secretaria Municipal de Saúde

10.301.1003.1344.0000 – Contratação de Serviços Especializados para Realização de Exames –
Proposta Nº 07007/2025-16

3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso:

Recursos do orçamento vigente.

Ficha: 713

12.5 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DESCREDENCIAMENTO

16.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

16.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

16.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

16.4.1. Pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 30 (trinta) dias;

16.4.2. Perda das condições de habilitação do credenciado;

16.4.3. Suspensão, cancelamento ou vencimento do alvará sanitário, da autorização de funcionamento ou de qualquer outra licença necessária à execução dos exames;

16.4.4. Prática de irregularidade apuradas pela fiscalização da SEMUSA ou por órgãos de controle interno ou externo

16.4.5. Descumprimento das cláusulas previstas neste Termo de Referência, no edital de chamamento público ou no instrumento de credenciamento;

16.4.6. descumprimento de normas técnicas, éticas, assistenciais ou sanitárias aplicáveis à atividade;

16.4.7. Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

16.4.8. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

16.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 0 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

16.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 0, 0, 11.4.4, 11.4.5, 11.4.6, 11.4.7 e 11.4.8 além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

16.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

16.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da Administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – PUBLICAÇÃO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO

EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211-2026 / SEMUSA

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, <http://www.buritis.ro.gov.br> (Portal da transparência do Município de Buritis), em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro Comarca de Buritis, Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Buritis-Rondônia, [dia] de [mês] de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 0000211.29.11-2026 /SEMUSA

Categoria: Serviços de saúde especializados

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (*Inciso XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133*
Alínea “a”)

1.1. Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia.

1.1.1. O credenciamento será realizado para os procedimentos:

ITEM	PROCEDIMENTO	CAT/SERV	UNIDADE	VALOR UNIT.
1	Esofagogastroduodenoscopia (Endoscopia Digestiva Alta)	7056 (genérico)	SERV	R\$ 550,00
2	Colonoscopia	7048 (genérico)	SERV	R\$ 1.040,00

1.2. Os serviços objeto deste Termo de Referência possuem natureza padronizada, com parâmetros assistenciais, técnicos e sanitários previamente definidos por normas do Sistema Único de Saúde – SUS, protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e regulação municipal, aplicáveis especificamente à realização de exames de esofagogastroduodenoscopia (endoscopia digestiva alta) e colonoscopia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. A contratação será realizada por meio de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, sob condições padronizadas, com contratação paralela e não excludente de prestadores que atendam integralmente às exigências do edital de chamamento público, sem competição e sem exclusividade, com pagamento vinculado exclusivamente aos exames efetivamente realizados e devidamente autorizados pela regulação municipal.

1.4. A execução dos serviços terá início após a formalização do instrumento de credenciamento e a emissão das autorizações de execução pela SEMUSA, observados os fluxos de regulação, a capacidade assistencial do prestador credenciado e os limites orçamentários disponíveis.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1.5. Para fins de classificação no catálogo de serviços (Comprasnet/Compras.gov), as descrições utilizadas poderão corresponder a itens aproximados ao objeto, em razão da inexistência de descrição idêntica, permanecendo como referência técnica e jurídica a descrição constante deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e do rol de procedimentos anexo.

1.6. O credenciamento caracteriza-se como contratação continuada sob demanda, diante da necessidade permanente de complementar a rede municipal para atendimento de média complexidade. A vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da publicação do instrumento no PNCP, podendo ser prorrogada, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa da vantagem administrativa e disponibilidade orçamentária.

1.7. Os valores praticados serão por exame efetivamente realizado, observados os valores de referência do Sistema Único de Saúde – SIGTAP e, quando aplicável, a tabela complementar estadual vigente (tabelas em anexo), conforme normativos que instruem o processo administrativo e a regulação da SEMUSA.

1.8. A estimativa dos serviços terá como referência prioritária a fila de espera do SISREG para endoscopia digestiva alta e colonoscopia, podendo ser ajustada conforme a capacidade instalada dos credenciados e a disponibilidade financeira.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
(Inciso XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133 Alínea “b”)

2.1. A fundamentação da necessidade da contratação, bem como a estimativa dos quantitativos, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A contratação de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de saúde destinados à execução de exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da Prefeitura Municipal de Buritis/RO, em consonância com o planejamento institucional da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e com as demandas assistenciais identificadas na rede pública municipal.

2.3. A presente contratação fundamenta-se nos arts. 196 e 197 da Constituição Federal, que estabelecem a saúde como direito de todos e dever do Estado, bem como na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a organização, direção e gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e na Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2.4. A contratação de serviços especializados em saúde em caráter complementar encontra amparo no art. 199, §1º, da Constituição Federal, que autoriza a participação da iniciativa privada de forma complementar ao SUS, quando esgotada ou insuficiente a capacidade instalada do poder público.

2.5. O procedimento adotado observará o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente o art. 79, inciso I, que autoriza o credenciamento nas hipóteses de contratação paralela e não excludente, quando viável e vantajosa à Administração Pública a contratação simultânea de múltiplos prestadores, sob condições padronizadas.

2.6. A contratação observará ainda as diretrizes do Ministério da Saúde, as normas técnicas e assistenciais do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como os atos normativos federais, estaduais e municipais aplicáveis ao financiamento, à regulação e à execução dos procedimentos de média complexidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Inciso XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133 Alínea “c”)

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inciso XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021 – alínea “d”)

4.1. A contratação pretendida, por meio de credenciamento de pessoas jurídicas, deverá observar requisitos jurídicos, técnicos, sanitários e operacionais compatíveis com a prestação de serviços especializados de saúde, destinados exclusivamente à execução de exames de esofagogastroduodenoscopia (endoscopia digestiva alta) e colonoscopia, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS.

4.2. Poderão se credenciar pessoas jurídicas legalmente constituídas que comprovem regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente, bem como capacidade técnica compatível com o objeto, mediante apresentação de atestados que demonstrem experiência anterior na realização de exames endoscópicos e colonoscópicos ou serviços de natureza equivalente.

4.3. Os exames deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe, com formação e experiência compatíveis para a realização de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, observadas as normas éticas, técnicas e assistenciais aplicáveis à prática médica e aos protocolos do SUS.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.4. Os estabelecimentos dos prestadores credenciados deverão possuir licenciamento sanitário vigente, atender às normas da Vigilância Sanitária, às diretrizes do Ministério da Saúde e aos protocolos clínicos e assistenciais do Sistema Único de Saúde, assegurando condições adequadas de estrutura física, equipamentos endoscópicos, sala de procedimentos, sala de recuperação pós-exame, equipe multiprofissional e medidas de segurança do paciente.

4.5. As pessoas jurídicas interessadas no credenciamento deverão possuir estabelecimento hospitalar regularmente instalado e em funcionamento no Município de Buritis/RO, devidamente licenciado pelos órgãos sanitários competentes, compatível com a natureza e complexidade dos exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, garantindo suporte assistencial imediato em caso de intercorrências clínicas.

4.6. A execução dos serviços ocorrerá mediante regulação da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, com encaminhamento formal dos usuários, observada a especialidade habilitada, a capacidade operacional do prestador e a condição clínica do paciente, sendo os exames realizados nas dependências do estabelecimento credenciado localizado no Município de Buritis/RO, previamente autorizado pela SEMUSA.

4.7. O pagamento será efetuado exclusivamente pelos exames efetivamente realizados, conforme os códigos e valores definidos na Tabela SIGTAP, observada a tabela complementar estadual vigente, quando aplicável, vedada qualquer cobrança adicional ao Município por honorários, materiais, medicamentos, insumos, taxas hospitalares, sedação, internação ou quaisquer outros custos necessários à completa execução do exame.

4.8. A comprovação da execução dos serviços dar-se-á mediante apresentação de documentação assistencial obrigatória, incluindo, no mínimo:

- a) autorização de regulação emitida pela SEMUSA;
- b) laudo endoscópico detalhado;
- c) registro de imagens do exame;
- d) prontuário do paciente atualizado;
- e) demais documentos exigidos pela SEMUSA para fins de faturamento, controle e auditoria.

4.8.1. O valor do procedimento compreende todas as etapas assistenciais necessárias à sua integral execução, incluindo, quando aplicável:

- a) medicamentos e insumos utilizados antes, durante e após o exame (inclusive sedação, quando clinicamente indicada);
- b) taxas de sala, uso de equipamentos endoscópicos, materiais descartáveis e estrutura necessária;
- c) monitorização do paciente, recuperação pós-exame e orientações clínicas;

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

d) elaboração e entrega do laudo endoscópico com imagens e registro no prontuário.

4.8.2. Não será admitida, sob qualquer hipótese, cobrança adicional ao Município, ao paciente ou a terceiros, a qualquer título, além dos valores definidos na Tabela SUS (SIGTAP) e, quando aplicável, na tabela complementar estadual vigente, abrangendo honorários médicos, materiais, medicamentos, insumos, taxas hospitalares, sedação, exames complementares ou qualquer outro custo inerente à realização do procedimento.

4.9. DO DESCREDENCIAMENTO

4.9.1. O prestador credenciado poderá solicitar seu credenciamento a qualquer tempo, mediante comunicação formal à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

4.9.2. O prestador permanecerá responsável pela conclusão dos exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia previamente autorizados ou em andamento, de modo a não comprometer a continuidade da assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

4.9.3. O Município poderá promover o credenciamento do prestador, a qualquer tempo, mediante instauração de processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento das cláusulas previstas neste Termo de Referência, no edital de chamamento público ou no instrumento de credenciamento;
- b) perda superveniente das condições de habilitação exigidas para o credenciamento;
- c) suspensão, cancelamento ou vencimento do alvará sanitário, da autorização de funcionamento ou de qualquer licença necessária à execução dos exames endoscópicos;
- d) descumprimento de normas técnicas, éticas, assistenciais ou sanitárias aplicáveis à atividade; e)
- prática de irregularidades apuradas pela fiscalização da SEMUSA ou por órgãos de controle interno ou externo.

Sustentabilidade

4.10. A contratação observará critérios mínimos de sustentabilidade ambiental e responsabilidade sanitária compatíveis com a prestação de serviços de exames de esofagogastroduodenoscopia (endoscopia digestiva alta) e colonoscopia, sem prejuízo da segurança do paciente e da qualidade assistencial.

4.11. A pessoa jurídica credenciada deverá realizar o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde gerados em suas dependências, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental aplicável, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018 e normas correlatas, mantendo controles

*Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br*



Pág.: 5 / 26 - ID. do Doc.: 3.BD6.1C1 - 27/03/2026 - 12:56:08 - ASSINADO POR(3): CPF:020.20.22.77 CPF:063.78.22.69 CPF:010.50.22.44

Pág.: 48 / 84 - ID. do Doc.: 3.CBB.2D1 - 15/04/2026 - 16:08:30 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76.22.29



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

básicos de segregação, acondicionamento e destinação adequada dos resíduos.

4.12. A credenciada deverá adotar, sempre que possível, práticas de uso racional de materiais médico-hospitalares descartáveis, água e energia em seus processos assistenciais e administrativos, desde que compatíveis com os protocolos clínicos e com as exigências de biossegurança.

4.13. As práticas de sustentabilidade não poderão comprometer o controle de infecção, a segurança do paciente ou a qualidade dos exames realizados, devendo prevalecer sempre as normas técnicas e sanitárias aplicáveis à atividade.

Subcontratação

4.14. Não é admitida a subcontratação do objeto.

4.14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal do credenciamento, entendido como a execução direta dos exames de esofagogastroduodenoscopia (endoscopia digestiva alta) e colonoscopia por profissionais habilitados vinculados à pessoa jurídica credenciada.

4.14.2. Admitir-se-á a utilização de profissionais e serviços de apoio assistencial (como enfermagem, instrumentação, monitorização, limpeza, desinfecção, esterilização e recuperação pós-exame), desde que regularmente vinculados à credenciada, sob sua inteira responsabilidade técnica, sanitária e contratual, vedada a transferência da execução principal do objeto a terceiros.

Garantia da Contratação

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação no termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.15.1. A não exigência de garantia mostra-se adequada em razão da natureza do credenciamento, da execução sob demanda, do pagamento condicionado à efetiva realização dos exames e da fiscalização permanente pela SEMUSA, o que reduz significativamente o risco financeiro para a Administração, sem prejuízo da segurança jurídica e da qualidade assistencial dos serviços contratados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Inciso XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021 – alínea “e”)

5.1. A execução do objeto ocorrerá por meio de credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na área da saúde, habilitadas para a realização de exames de esofagogastroduodenoscopia (endoscopia digestiva alta) e colonoscopia, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital de chamamento público.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.2. Os serviços serão prestados de forma não exclusiva, mediante contratação paralela e simultânea dos prestadores credenciados, sendo a distribuição da demanda realizada exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, por meio dos sistemas oficiais de regulação.

5.3. Da distribuição dos atendimentos entre os credenciados

5.3.1. Havendo mais de um prestador devidamente credenciado e apto à execução dos serviços, a distribuição dos atendimentos deverá ocorrer de forma isonômica e equilibrada entre os contratados, observados, cumulativamente, os seguintes critérios:

- a) a indicação clínica do paciente;
- b) a prioridade assistencial definida pela regulação municipal;
- c) a especialidade e os serviços para os quais o prestador esteja efetivamente habilitado;
- d) a capacidade instalada e a disponibilidade de agenda do estabelecimento credenciado; e
- e) a disponibilidade orçamentária do Município.

5.3.2. Sempre que houver pluralidade de prestadores credenciados em condições equivalentes de habilitação, capacidade operacional e aptidão para realização do procedimento, os encaminhamentos serão distribuídos de forma igualitária entre os contratados, mediante controle da regulação municipal, de modo a assegurar tratamento isonômico, impessoalidade e equilíbrio na execução contratual.

5.3.3. A distribuição igualitária prevista no subitem anterior poderá ser relativizada, de forma devidamente motivada, nas hipóteses em que houver necessidade clínica específica do paciente, indisponibilidade de agenda, limitação temporária da capacidade de atendimento, suspensão de execução, ou outra circunstância técnica ou administrativa que justifique o encaminhamento a determinado credenciado.

5.3.4. Caberá à SEMUSA, por meio do setor de regulação, realizar o controle, acompanhamento e registro da distribuição dos atendimentos entre os credenciados, de forma a assegurar transparência, rastreabilidade e observância aos critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

5.5. Do local de realização dos exames

5.5.1. Os exames serão realizados nas dependências físicas das pessoas jurídicas credenciadas, devidamente licenciadas pelos órgãos sanitários competentes.

5.5.2. Os estabelecimentos deverão estar localizados no Município de Buritis/RO, previamente autorizados pela SEMUSA e compatíveis com as necessidades assistenciais e logísticas do atendimento.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.6. Da avaliação clínica pré-exame e condições de segurança do paciente

5.6.1. Os usuários serão encaminhados pela regulação municipal com a documentação clínica mínima necessária à realização do exame, conforme protocolos assistenciais do SUS, incluindo hipótese diagnóstica, indicação do procedimento, comorbidades relevantes e informações de risco clínico, quando aplicável.

5.6.2. Caberá à pessoa jurídica credenciada realizar a triagem e avaliação clínica imediata pré-exame, no momento do atendimento, com foco na segurança do paciente (inclusive quanto à sedação, quando utilizada), podendo adiar ou contraindicar o exame por justificativa técnica devidamente registrada em prontuário.

5.6.3. Na hipótese de o paciente apresentar condições clínicas que inviabilizem a realização segura do exame (ex.: ausência de preparo adequado, instabilidade clínica, contraindicações médicas ou documentação essencial incompleta), o prestador deverá devolver formalmente o paciente à regulação municipal, com relatório técnico circunstanciado.

5.7. Da devolução do paciente à regulação

5.7.1. Na hipótese de ausência de documentação clínica obrigatória, exames incompletos, preparo inadequado ou qualquer condição que inviabilize a realização segura do exame, o prestador deverá devolver formalmente o paciente à regulação municipal.

5.7.2. A devolução deverá ser acompanhada de relatório médico circunstanciado, contendo justificativa técnica e orientações para nova avaliação ou reagendamento.

5.7.3. É vedada a realização do exame sem o atendimento integral das condições clínicas, assistenciais e de segurança do paciente.

5.7.4. Antes da realização dos exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, o prestador credenciado deverá realizar checagem clínica mínima de segurança no dia do exame, com a finalidade exclusiva de verificar a aptidão atual do paciente e a adequação do preparo intestinal (quando aplicável).

5.7.5. Essa checagem não substitui a avaliação já realizada pelo SUS nem a regulação municipal, destinando-se apenas à segurança assistencial e à responsabilidade técnica do prestador no momento da execução.

5.7.6. Caso o profissional identifique condição clínica que inviabilize temporariamente o exame, o paciente deverá ser devolvido à regulação municipal com relatório técnico fundamentado para reprogramação.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br



Pág.: 8 / 26 - ID. do Doc.: 3.BD6.1C1 - 27/03/2026 - 12:56:08 - ASSINADO POR(3): CPF:020.201.227 CPF:063.781.619 CPF:010.501.224

Pág.: 51 / 84 - ID. do Doc.: 3.CBB.2D1 - 15/04/2026 - 16:08:30 - ASSINADO POR(1): CPF:010.761.229



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

5.8. Dos protocolos assistenciais

5.8.1. A execução dos exames deverá observar rigorosamente os protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e normas técnicas: do Ministério da Saúde; da ANVISA; e do Sistema Único de Saúde – SUS.

5.8.2. Deverão ser garantidas:

- a) segurança do paciente;
- b) rastreabilidade dos atendimentos; e
- c) documentação assistencial adequada.

5.9. Do faturamento e pagamento

5.9.1. O faturamento será mensal, acompanhado de:

autorizações de regulação;

laudos endoscópicos;

relatórios médicos, quando aplicável; prontuários; edemais documentos exigidos pela SEMUSA.

5.9.2. O pagamento ficará condicionado à validação administrativa e assistencial dos exames efetivamente realizados.

5.10. Da inexistência de garantia de demanda

5.10.1. Não haverá garantia de volume mínimo de exames, pois a execução estará condicionada:

à demanda regulada;

às necessidades assistenciais; e

à disponibilidade financeira do Município.

5.11. Dos prazos de execução

5.11.1. Os exames deverão ser realizados conforme programação definida pela SEMUSA.

5.11.2. A execução observará:

prioridade clínica do paciente;

fluxos de regulação;

disponibilidade da equipe médica; e

capacidade operacional do prestador.

5.12. Da impossibilidade de realização do exame

5.12.1. Se houver impossibilidade de realização na data agendada por motivo clínico, técnico ou operacional, o prestador deverá comunicar formalmente à SEMUSA, preferencialmente com 48 horas de antecedência.

5.12.2. A comunicação deverá conter justificativa fundamentada para permitir reagendamento ou redirecionamento do paciente.

*Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br*





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.13. Das penalidades por descumprimento

5.13.1. O descumprimento das obrigações assumidas pelo prestador credenciado sujeitará à aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no instrumento de credenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.14. Das responsabilidades técnicas e assistenciais

5.14.1. A prestação dos serviços deverá observar integralmente as normas técnicas, sanitárias e assistenciais vigentes, bem como os protocolos clínicos do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo a qualidade do atendimento, a segurança do paciente e a rastreabilidade dos procedimentos realizados.

5.14.2. A pessoa jurídica credenciada será integralmente responsável pelos atos profissionais praticados por sua equipe médica e multiprofissional, incluindo diagnóstico, indicação, execução do procedimento, acompanhamento pós-operatório e eventuais intercorrências clínicas decorrentes da assistência prestada.

5.14.3. Os estabelecimentos credenciados deverão manter estrutura física, equipamentos, insumos, medicamentos e equipe técnica compatíveis com a complexidade dos procedimentos executados, respondendo pela manutenção, funcionamento e regularidade sanitária dos meios utilizados.

5.14.4. Compete exclusivamente à pessoa jurídica credenciada o gerenciamento, o tratamento e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde gerados em suas dependências, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

5.14.5. Eventuais falhas técnicas, assistenciais ou operacionais identificadas durante a execução dos serviços deverão ser sanadas pelo prestador, sem ônus adicional ao Município, observadas as normas éticas, assistenciais e contratuais aplicáveis.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Inciso XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021 – alínea “f”)

6.1. A relação jurídica entre o Município de Buritis/RO e as pessoas jurídicas credenciadas será formalizada por meio de instrumento contratual ou Termo de Credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, acompanhado da respectiva Nota de Empenho, destinada exclusivamente à execução orçamentária e financeira.

6.2. A pessoa jurídica credenciada será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e profissionais decorrentes da execução dos serviços, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre seus profissionais e a Administração Pública.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.3. A execução dos serviços ocorrerá mediante autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, por meio do sistema de regulação municipal, sendo o pagamento condicionado à efetiva realização dos procedimentos autorizados.

6.4. As comunicações entre a Administração e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de meios eletrônicos, desde que assegurada a rastreabilidade e a validade administrativa.

7. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CREDENCIAMENTO

7.1. A Administração, por meio de servidores formalmente designados, realizará a gestão e a fiscalização da execução dos serviços credenciados, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas pessoas jurídicas credenciadas.

7.2. A fiscalização será exercida por **Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Gestor do Credenciamento**, designados por ato formal, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 13.509/2023 e das normas aplicáveis ao Sistema Único de Saúde – SUS.

7.3. Compete ao Fiscal Técnico do Credenciamento:

- a) acompanhar a execução dos procedimentos de exames especializados realizados, verificando sua conformidade com as autorizações emitidas pela regulação municipal e com as disposições deste Termo de Referência;
- b) avaliar a qualidade técnica e assistencial dos serviços prestados, especialmente quanto à observância dos protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e normas assistenciais do SUS;
- c) registrar, em sistema próprio ou relatório específico, todas as ocorrências técnicas relevantes verificadas durante a execução dos serviços, indicando as providências adotadas ou recomendadas;
- d) comunicar imediatamente ao Gestor do Credenciamento quaisquer situações que demandem providências urgentes ou extrapolem sua esfera de atuação.

7.4. Na hipótese de ausência, afastamento ou impedimento do Fiscal Técnico, suas atribuições serão exercidas por substituto formalmente designado pela Administração.

7.5. Compete ao Fiscal Administrativo do Credenciamento:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e sanitária da pessoa jurídica credenciada durante toda a vigência do credenciamento;
- b) acompanhar os processos de faturamento, liquidação e pagamento, inclusive a análise documental, a conferência das autorizações e a aplicação de glosas, quando cabível;
- c) atuar tempestivamente diante de inadimplências, irregularidades ou inconformidades administrativas, comunicando o Gestor do Credenciamento para adoção das providências

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

necessárias.

7.6. Na ausência do Fiscal Administrativo, suas atribuições serão assumidas por substituto previamente designado pela Administração.

7.7. Compete ao Gestor do Credenciamento:

- a) acompanhar de forma global a execução dos serviços credenciados;
- b) manter atualizado o controle da execução física e financeira do credenciamento;
- c) consolidar e analisar as informações encaminhadas pelos fiscais técnico e administrativo;
- d) comunicar à autoridade competente quaisquer ocorrências relevantes que possam impactar a continuidade da execução;
- e) elaborar relatórios periódicos de avaliação do desempenho das pessoas jurídicas credenciadas;
- f) coordenar as medidas administrativas necessárias à continuidade, suspensão ou descredenciamento dos prestadores, quando cabível;
- g) instaurar e conduzir processos administrativos de responsabilização, quando necessário, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- h) ao término da vigência do credenciamento, elaborar relatório final contendo a avaliação dos resultados alcançados e recomendações para o aprimoramento da gestão dos serviços.

7.8. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade das pessoas jurídicas credenciadas quanto à perfeita execução dos serviços, permanecendo estas integralmente responsáveis pelos atos praticados no âmbito da assistência prestada.

8. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

8.1. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Termo de Referência, do edital de chamamento público e dos instrumentos de credenciamento celebrados.

8.2. Realizar a regulação dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, definindo os encaminhamentos aos prestadores credenciados conforme critérios clínicos, classificação de risco, especialidade habilitada, capacidade assistencial e disponibilidade orçamentária.

8.3. Emitir as autorizações administrativas necessárias para a execução de exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, observados os fluxos assistenciais e administrativos da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

8.4. Disponibilizar às pessoas jurídicas credenciadas as informações essenciais ao atendimento dos pacientes regulados, incluindo autorizações, relatórios clínicos e demais documentos pertinentes.

8.5. Designar formalmente o Gestor do Credenciamento, o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 8.6. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços prestados, assegurando o cumprimento das condições pactuadas, dos protocolos clínicos e das normas assistenciais vigentes.
- 8.7. Analisar a documentação apresentada para fins de faturamento, liquidação e pagamento, procedendo às glosas quando identificadas inconsistências técnicas, assistenciais ou administrativas.
- 8.8. Efetuar os pagamentos devidos às pessoas jurídicas credenciadas exclusivamente pelos procedimentos efetivamente realizados e devidamente autorizados pela regulação municipal, observados os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.
- 8.9. Notificar formalmente a pessoa jurídica credenciada acerca de irregularidades, falhas ou inconformidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para saneamento, quando cabível.
- 8.10. Promover a publicação dos atos necessários à transparência da contratação, nos termos da legislação vigente, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 8.11. Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos destinados ao financiamento da Média e Alta Complexidade – MAC, observando as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.

9. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA

- 9.1. Executar os serviços objeto do credenciamento com qualidade técnica, eficiência e segurança, em estrita conformidade com este Termo de Referência, com o edital de chamamento público, com as autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e com a legislação sanitária e assistencial vigente.
- 9.2. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária, técnica e sanitária exigidas, apresentando documentação atualizada sempre que solicitada pela Administração.
- 9.3. Disponibilizar profissionais legalmente habilitados, devidamente registrados em seus respectivos Conselhos de Classe, compatíveis com as especialidades credenciadas, responsabilizando-se integralmente pelos atos profissionais praticados.
- 9.4. Garantir que os procedimentos de exames especializados sejam realizados em ambiente adequado, com infraestrutura física, equipamentos, insumos, medicamentos e equipe multiprofissional compatíveis com a complexidade assistencial dos serviços ofertados.
- 9.5. Executar atendimentos exclusivamente mediante autorização prévia da regulação municipal, sendo vedada a realização de procedimentos sem a correspondente autorização administrativa.
- 9.6. Realizar a verificação clínica e assistencial do paciente no momento do atendimento,

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

confirmando as condições necessárias para a realização segura do exame de endoscopia digestiva alta ou colonoscopia, assumindo integral responsabilidade técnica quanto à execução, adiamento ou contraindicação do exame, observadas as normas éticas e assistenciais aplicáveis.

9.7. Devolver formalmente o paciente à regulação municipal sempre que constatada ausência de documentação clínica necessária, preparo inadequado, contraindicação médica ou qualquer condição que inviabilize a realização segura do exame, mediante apresentação de relatório médico circunstanciado contendo justificativa técnica. 9.8. Manter prontuários médicos completos, legíveis e devidamente atualizados, garantindo a rastreabilidade dos atendimentos e a guarda das informações pelo prazo legal.

9.9. Encaminhar à SEMUSA, nos prazos estabelecidos, toda a documentação necessária para fins de faturamento, incluindo autorizações, laudos, relatórios médicos, registros assistenciais e demais documentos exigidos.

9.10. Responsabilizar-se integralmente pela gestão, segregação, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde gerados em suas dependências, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

9.11. Comunicar imediatamente à SEMUSA qualquer intercorrência assistencial, evento adverso grave, cancelamento de procedimento ou impossibilidade de execução, apresentando justificativa formal.

9.12. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, profissionais, materiais, insumos, medicamentos, equipamentos e demais custos necessários à completa prestação do serviço.

9.13. Permitir e facilitar o acesso da fiscalização da Administração, dos órgãos de controle e do Sistema Nacional de Auditoria do SUS às instalações, documentos e informações necessárias à verificação da execução dos serviços.

9.14. Responder integralmente por perdas e danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosa ou culposa na execução dos serviços.

9.15. Manter sigilo absoluto sobre dados pessoais e informações clínicas dos pacientes, observando a legislação de proteção de dados pessoais e o dever ético-profissional.

9.16. Atender prontamente às solicitações da Administração e prestar os esclarecimentos necessários à adequada execução do credenciamento.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Os direitos e deveres, bem como as respectivas sanções, decorrentes desta contratação serão regulados especificamente pelas disposições do Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, conforme legislações específicas e citação abaixo:

10.2. O credenciado ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3. Serão aplicadas ao responsável que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV Multa:

10.4. Moratória de 0,5% (0,5 por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (quinze por cento);

10.5. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

*Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br*





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.6. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.2, de 5 % a 8 % do valor do Contrato.

10.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.2, de 15 % a 30 % do valor do Contrato.

10.8. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.2, a multa será de 5 % a 15% do valor do Contrato.

10.9. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.2, a multa será de 0,5 % a 10 % do valor do Contrato.

10.10. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.2, a multa será de 1 % a 8 % do valor do Contrato.

10.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11.1. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.15. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

dos órgãos de controle.

10.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.18. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.20. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (Inciso XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133 Alínea “g”)

11.1. Da execução do objeto

11.1.2. A execução dos serviços ocorrerá mediante autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, por meio do sistema de regulação municipal, observadas a especialidade habilitada do prestador, a condição clínica do paciente e a disponibilidade orçamentária.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.1.3. Somente serão considerados para fins de pagamento os procedimentos efetivamente realizados, devidamente autorizados, registrados e comprovados, conforme os fluxos assistenciais do Sistema Único de Saúde – SUS.

11.2. Do faturamento

11.2.1. O faturamento dos serviços deverá ser apresentado mensalmente pela pessoa jurídica credenciada, acompanhado obrigatoriamente de:

- a) relação nominal dos pacientes atendidos;
- b) número do Cartão Nacional de Saúde – CNS;
- c) procedimento realizado, com respectivo código SIGTAP;
- d) data da realização do procedimento;
- e) laudos, relatórios médicos quando aplicável;
- f) autorização de regulação emitida pela SEMUSA;
- g) nota fiscal correspondente.

11.2.2. A ausência de qualquer documento obrigatório poderá ensejar glosa total ou parcial do faturamento apresentado.

11.3. Da verificação e atesto

11.3.1. A conferência da documentação será realizada pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, que verificará:

- a) compatibilidade entre o procedimento executado e o autorizado;
- b) enquadramento nos códigos SIGTAP vigentes;
- c) conformidade clínica e assistencial;
- d) regularidade da documentação apresentada.

11.3.2. Após validação técnica, o fiscal do contrato procederá ao atesto da nota fiscal, autorizando a liquidação da despesa.

11.4. Do valor e forma de pagamento

11.4.1. O pagamento será realizado por procedimento efetivamente executado, com base:

- na Tabela do Sistema Único de Saúde – SIGTAP;
- e, quando aplicável, na tabela complementar estadual vigente.

11.4.2. Não será admitida qualquer cobrança adicional ao Município, incluindo:

- honorários médicos;
- materiais;
- medicamentos;
- insumos;

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- taxas hospitalares;
- internações;
- exames complementares;
- ou quaisquer outros custos necessários à completa execução do procedimento.

11.5. Do prazo de pagamento

11.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir:

- do atesto da nota fiscal;
- da validação do faturamento;
- e da comprovação da regularidade fiscal da contratada.

11.5.2. O pagamento observará o disposto no **Decreto Municipal nº 13.509/2023**, bem como a disponibilidade financeira do Fundo Municipal de Saúde.

11.6. Da regularidade fiscal

11.6.1. A nota fiscal deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal da contratada, verificável por meio do SICAF ou sistemas oficiais equivalentes.

11.6.2. Constatada irregularidade, a contratada será notificada para regularização no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, conforme legislação vigente.

11.7. Das glosas

11.7.1. Poderão ser aplicadas glosas nos casos de:

- a) procedimento realizado sem autorização da regulação;
- b) divergência entre procedimento autorizado e executado;
- c) ausência de documentação obrigatória;
- d) inconsistências clínicas ou administrativas;
- e) cobrança indevida.

11.7.2. As glosas serão devidamente fundamentadas e comunicadas à contratada.

11.8. Do pagamento antecipado

11.8.1. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, em conformidade com o art. 45 do Decreto Municipal nº 13.509/2023.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Inciso XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133 Alínea “h”)

12.1. Forma de seleção

12.1.1. A seleção dos prestadores será realizada por meio de **credenciamento**, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

12.1.2. O credenciamento caracteriza-se como procedimento de contratação direta, **sem disputa competitiva**, com contratação paralela e não excludente de todos os interessados que atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

12.1.3. O procedimento permanecerá aberto durante toda a vigência do credenciamento, permitindo o ingresso de novos prestadores a qualquer tempo, desde que cumpridos os requisitos exigidos.

12.2. Justificativa da escolha de critério de julgamento

12.2.1. O credenciamento **não adotará critério de julgamento por menor preço**, uma vez que:

- a) os valores dos procedimentos são previamente fixados conforme a Tabela do Sistema Único de Saúde – SIGTAP;
- b) quando aplicável, será observada a tabela complementar estadual vigente;
- c) inexistência de competição de preços entre os prestadores credenciados.

12.2.2. A seleção ocorrerá exclusivamente pelo **atendimento integral às exigências jurídicas, fiscais, técnicas, econômicas e sanitárias**, não havendo classificação ou ranqueamento entre os credenciados.

12.3. Habilitação jurídica

12.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

12.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

12.3.6. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

12.3.7. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso),

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, n.º 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

12.3.8. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

12.3.9. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

12.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

12.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais ou Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.5. Qualificação Econômico-Financeira

12.5.1. **Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial** – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

prazo de validade expresso na própria Certidão.

12.5.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o credenciado deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.6. Qualificação Técnico-Operacional

12.6.1. Comprovação de inscrição e situação ativa no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

12.6.2. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária vigente.

12.7.3. Declaração de que o estabelecimento dispõe de estrutura física, equipamentos e condições técnicas adequadas para a realização dos exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, incluindo, no mínimo: sala de procedimentos adequada; equipamentos específicos para endoscopia ou colonoscopia (conforme o item que a mesma está solicitando o credenciamento); condições de higiene e biossegurança; área de recuperação pós-procedimento.

12.8. Qualificação Técnico-Profissional

12.8.1. Apresentação de responsável técnico médico, com inscrição ativa no Conselho Regional de Medicina – CRM.

12.8.2. Comprovação de vínculo do(s) profissional(is) com a interessada, podendo ser mediante: contrato social (quando sócio), contrato de prestação de serviços, vínculo empregatício, ou outro instrumento jurídico válido.

12.8.3. O profissional médico responsável pela realização dos exames de endoscopia digestiva alta e/ou colonoscopia deverá comprovar aptidão técnica para a execução dos procedimentos, mediante apresentação de, no mínimo, um dos seguintes documentos:

- a) título de especialista reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina – CFM ou pela Associação Médica Brasileira – AMB, na área compatível (gastroenterologia, endoscopia digestiva ou área correlata); ou
- b) certificado de conclusão de curso de especialização, residência médica ou treinamento específico na área de endoscopia digestiva e/ou colonoscopia; ou
- c) comprovação de experiência profissional na realização dos referidos procedimentos, por meio de atestados, declarações ou documentos equivalentes.

12.9. Disposições Complementares

12.9.1. A exigência de qualificação técnica limita-se ao mínimo necessário para assegurar a adequada execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

12.9.2. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas e a efetiva disponibilidade da estrutura e dos profissionais indicados.

12.9.3. A não comprovação das condições exigidas poderá ensejar a inabilitação da interessada ou a sua exclusão do credenciamento.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inciso XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133 Alínea “i”)

13.1. O custo estimado inicial da contratação é de **R\$ 192.160,00 (cento e noventa e dois mil, cento e sessenta reais)**, correspondente à estimativa necessária para atendimento da demanda atualmente existente, especialmente os procedimentos já identificados na fila de espera da regulação municipal (sendo 200 exames do item 1 e 79 exames do item 2).

13.2. Após o atendimento da demanda inicial, os serviços serão executados de forma contínua, conforme surgimento de novas necessidades, sendo os atendimentos distribuídos entre os prestadores devidamente credenciados, nos termos dos critérios estabelecidos neste instrumento.

13.3. Os instrumentos contratuais a serem firmados com os prestadores credenciados observarão limites financeiros iniciais compatíveis com a disponibilidade orçamentária vigente, podendo ser ajustados, ampliados ou formalizados novos instrumentos à medida que houver incremento de demanda e disponibilidade de recursos.

13.4. Ressalta-se que o valor indicado possui natureza estimativa, não constituindo obrigação de execução integral, uma vez que a remuneração dos credenciados estará vinculada exclusivamente aos procedimentos efetivamente realizados e previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Inciso XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133 Alínea “j”)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão:

Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA

Unidade Orçamentária:

02.08.01 – Secretaria Municipal de Saúde

10.301.1003.1344.0000 – Contratação de Serviços Especializados para Realização de Exames –

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Proposta Nº 07007/2025-16

3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso:

Recursos do orçamento vigente.

Ficha: 713

15. DA FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

15.1. A formalização da relação jurídica entre o Município de Buritis/RO e as pessoas jurídicas credenciadas dar-se-á por meio de Instrumento de Credenciamento ou Contrato Administrativo, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, precedido da respectiva Nota de Empenho.

15.2. O instrumento de credenciamento estabelecerá as condições de execução dos serviços, direitos e obrigações das partes, valores por procedimento, forma de pagamento, critérios de fiscalização e demais disposições aplicáveis à prestação dos serviços especializados de saúde.

15.3. A vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada sucessivamente, mediante interesse da Administração e observada a vantajosidade, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

15.4. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, por meio do sistema de regulação municipal, não havendo obrigatoriedade de consumo mínimo.

15.5. O pagamento será realizado exclusivamente pelos procedimentos efetivamente realizados e devidamente autorizados, conforme valores fixados na Tabela do Sistema Único de Saúde – SIGTAP e tabela complementar estadual vigente, quando aplicável.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis Estado de Rondônia para solucionar as questões atinentes ao credenciamento ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias do credenciamento, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

17. APÊNDICES

17.1. Estudo Técnico Preliminar (ID: 14º - 3.BD5.A7A)

17.2. Matriz de Riscos (ID: 9º - 3.984.A31)

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

18. INFORMAÇÕES GERAIS

18.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 99991-2637 no e-mail: cpl@buritis.ro.gov.br, e/ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada na sede da Prefeitura Municipal na Rua São Lucas nº 2476, setor 06, Buritis-RO, de segunda à sexta- feira das 07h30min às 13h30min.

19. RESPONSÁVEIS

19.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário local no sistema de processo eletrônico ATHUS da Prefeitura de Buritis, Rondônia.

Buritis/RO, 27 de março de 2026.

Elaborado por:

Denise dos Santos Souza

Portaria Interna Nº 1/SEMUSA/2026

Revisado por:

Cristiano Bianques Campos Silva

Portaria Interna Nº 1/SEMUSA/2026

Autorizado por:

Alan Rezende Damaceno

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 15.788/GAB/PMB/2025

*Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br*



Pág.: 25 / 26 - ID. do Doc.: 3.BD6.1C1 - 27/03/2026 - 12:56:08 - ASSINADO POR(3): CPF:020.20*. **2*7 CPF:063.78*. **6*9 CPF:010.50*. **2*4

Pág.: 68 / 84 - ID. do Doc.: 3.CBB.2D1 - 15/04/2026 - 16:08:30 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76*. **2*9



PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **ALAN REZENDE DAMACENO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CPF: 020.20*. **2-*7 em 27/03/2026 12:59:19, Cód. Autenticidade da Assinatura: 12H8.1959.6199.4023.6122, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **CRISTIANO BIANQUES CAMPOS SILVA**, CPF: 063.78*. **6-*9 em 27/03/2026 12:56:42, Cód. Autenticidade da Assinatura: 12A6.6H56.042E.Z329.3331, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **DENISE DOS SANTOS SOUZA**, CPF: 010.50*. **2-*4 em 27/03/2026 12:56:08, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1288.2U56.108X.X343.6617, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.BD6.1C1** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **DENISE DOS SANTOS SOUZA**, CPF: 010.50*. **2-*4, em 27/03/2026 - 12:56:08

Código de Autenticidade deste Documento: 12W4.2W56.608K.4222.7182

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo apresentar a necessidade da Administração Pública Municipal quanto à contratação de serviços especializados na área da saúde, por meio de credenciamento de pessoas jurídicas, destinados exclusivamente à realização de exames especializados de esofagogastroduodenoscopia (endoscopia digestiva alta) e colonoscopia, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do Município de Buritis/RO.

O presente estudo visa avaliar tecnicamente as alternativas disponíveis, identificar a solução mais adequada para o atendimento da demanda reprimida existente e demonstrar a viabilidade técnica, jurídica e econômica da contratação, em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 15 a 18 do Decreto Municipal nº 13.509/2023.

Este documento integra a fase preparatória da contratação pública, tendo por finalidade caracterizar o interesse público envolvido, descrever o problema a ser solucionado, analisar a insuficiência da capacidade instalada da rede pública municipal para a realização desses exames diagnósticos especializados, apresentar os requisitos técnicos dos serviços pretendidos, bem como fundamentar a escolha do credenciamento como instrumento mais adequado, considerando as peculiaridades do caso concreto e a necessidade de contratação paralela e não excludente de múltiplos prestadores.

A elaboração do ETP tem como finalidade assegurar o planejamento eficiente, a legalidade, a transparência e a vantajosidade da futura contratação, observando os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da eficiência, economicidade, isonomia e interesse público primário, possibilitando, ao final, a definição da forma de contratação juridicamente cabível e alinhada às necessidades assistenciais do Município no âmbito da média complexidade diagnóstica.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 000211.29.11-2026 - SECRETARIA DA SAÚDE

Categoria do Objeto: Serviços de saúde especializados

Área Requisitante

Secretário Municipal de Saúde

Responsável

Alan Rezende Damaceno

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.

Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000

semusa@buritis.ro.gov.br





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

2. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

2.1. As diretrizes que norteiam o presente Estudo Técnico Preliminar fundamentam-se na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente no disposto em seu art. 18, bem como no Decreto Municipal nº 13.509, de 15 de março de 2023, que regulamenta, no âmbito do Município de Buritis/RO, os procedimentos relativos às contratações públicas.

2.2. Considerando a natureza do objeto, a contratação observará, ainda, os normativos específicos do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente a Lei nº 8.080/1990 e o Decreto nº 7.508/2011, bem como as diretrizes da atenção secundária e hospitalar, a regulação do acesso e as regras de financiamento e produção definidas no SIGTAP e demais atos normativos do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde.

Serão observadas, igualmente, as normas sanitárias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, notadamente a RDC nº 50/2002, a RDC nº 63/2011, a RDC nº 36/2013 e a RDC nº 222/2018, além das normas e resoluções dos conselhos profissionais competentes, aplicáveis à realização de exames especializados de esofagogastroduodenoscopia (endoscopia digestiva alta) e colonoscopia.

2.3. A prestação dos serviços deverá atender às diretrizes e protocolos assistenciais do Ministério da Saúde, às normas técnicas e sanitárias expedidas pelos órgãos competentes, bem como às regras de habilitação e funcionamento dos estabelecimentos de saúde, assegurando a qualidade do exame, a segurança do paciente, a rastreabilidade dos atendimentos e a integralidade do cuidado diagnóstico.

2.4. O presente ETP observará, ainda, as diretrizes de planejamento, eficiência, economicidade, transparência e vantajosidade, considerando a insuficiência da capacidade instalada da rede pública municipal para absorver a demanda existente por exames endoscópicos e colonoscópicos, bem como a necessidade de complementação da oferta desses serviços especializados, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde e com o interesse público primário.

2.5. A definição da solução adotada neste estudo considerará as peculiaridades da prestação de serviços de saúde diagnóstica, a execução sob regulação da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, a contratação paralela e não excludente de prestadores, sob condições padronizadas, e a observância das normas técnicas, assistenciais e legais vigentes, de modo a garantir a adequada implementação do credenciamento para exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 18 § 1º inciso I)

3.1. A presente contratação decorre da necessidade concreta de ampliação da oferta de serviços especializados de saúde no âmbito do Município de Buritis/RO, especialmente no que se refere à atenção secundária e hospitalar, destinada à execução de exames especializados de endoscopia digestiva alta e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

colonoscopia, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS.

3.2. O Município enfrenta insuficiência da capacidade instalada da rede pública municipal para absorver, de forma contínua e oportuna, a demanda existente por tais procedimentos. Embora disponha de Unidades Básicas de Saúde voltadas ao atendimento ambulatorial e clínico, a rede municipal não possui estrutura hospitalar adequada, equipamentos específicos nem quantitativo suficiente de profissionais especialistas para a realização regular desses procedimentos, o que compromete a integralidade do cuidado e a resolutividade da assistência.

3.3. Conforme diagnóstico técnico constante do Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, bem como levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde por meio dos sistemas de regulação, verifica-se demanda reprimida significativa para exames endoscópicos e colonoscópicos. No âmbito dos exames especializados, foram identificados 376 pacientes aguardando endoscopia digestiva alta e 200 pacientes aguardando colonoscopia, totalizando 576 usuários, com tempo médio de espera aproximado de 1.095 dias, evidenciando demora excessiva no acesso ao diagnóstico especializado.

3.4. A restrição na realização de exames diagnósticos especializados interfere diretamente na linha de cuidado, uma vez que a endoscopia digestiva alta e a colonoscopia são fundamentais para o diagnóstico precoce de diversas patologias gastrointestinais, bem como para a definição da conduta clínica adequada e o monitoramento terapêutico dos usuários do SUS. A ausência desses exames em tempo oportuno compromete a efetividade do tratamento, posterga decisões clínicas necessárias e prejudica a continuidade e a resolutividade da assistência em saúde.

3.5. Em decorrência da inexistência de oferta local suficiente, o Município é compelido a realizar o referenciamento de pacientes para outros municípios, notadamente Porto Velho, localizado a aproximadamente 660 km de distância, o que acarreta ônus financeiro adicional, dificuldades logísticas, desgaste físico e emocional aos pacientes e seus familiares, além de fragilizar o acompanhamento clínico e pós-operatório.

3.6. A manutenção desse cenário resulta em sobrecarga da rede municipal de saúde, aumento da demanda por atendimentos de urgência, elevação de custos indiretos e deterioração da qualidade do cuidado prestado, sendo imprescindível a adoção de medida estruturada que permita ampliar a capacidade de atendimento especializado de forma eficiente e sustentável.

3.7. Diante desse contexto, a contratação de serviços especializados por meio de credenciamento de pessoas jurídicas para realização de exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia apresenta-se como necessária e adequada, por possibilitar:

- a complementação da rede pública municipal;

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- a ampliação imediata da oferta diagnóstica especializada;
- a redução gradual da demanda reprimida;
- o fortalecimento da atenção secundária em saúde; e
- a melhoria dos indicadores assistenciais do Município,

em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e com as orientações estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado pela SESAU.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A contratação pretendida, por meio de credenciamento de pessoas jurídicas, deverá observar requisitos jurídicos, técnicos, sanitários e operacionais compatíveis com a prestação de serviços especializados de saúde, destinados à execução de exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS.

4.2. Poderão se credenciar pessoas jurídicas legalmente constituídas que comprovem regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente, bem como capacidade técnica compatível com o objeto, mediante apresentação de atestados que demonstrem experiência anterior na execução de serviços de natureza semelhante.

4.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe, observadas as especialidades exigidas para os exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, bem como as normas éticas, técnicas e assistenciais aplicáveis à prática médica.

4.4. Os estabelecimentos dos prestadores credenciados deverão possuir licenciamento sanitário vigente e atender às normas da Vigilância Sanitária, às diretrizes do Ministério da Saúde e aos protocolos clínicos e assistenciais do Sistema Único de Saúde, assegurando condições adequadas de estrutura física, equipamentos, equipe multiprofissional e segurança do paciente para a realização dos procedimentos e exames contratados.

4.5. As pessoas jurídicas interessadas no credenciamento deverão possuir estabelecimento hospitalar regularmente instalado e em funcionamento no Município de Buritis/RO, devidamente licenciado pelos órgãos sanitários competentes, compatível com a natureza e complexidade dos exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia.

4.6. A execução dos serviços ocorrerá mediante regulação da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, com encaminhamento formal dos usuários, observada a especialidade habilitada, a capacidade operacional do prestador e a condição clínica do paciente, sendo os procedimentos realizados nas dependências dos





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

estabelecimentos das pessoas jurídicas credenciadas, localizados no Município de Buritis/RO, desde que previamente autorizados pela SEMUSA e compatíveis com as necessidades assistenciais e logísticas do atendimento.

4.7. O pagamento será efetuado exclusivamente pelos procedimentos efetivamente realizados, conforme os códigos e valores definidos na Tabela SIGTAP, observada a tabela complementar estadual vigente, quando aplicável, não sendo admitida cobrança adicional ao Município por honorários profissionais, materiais, medicamentos, insumos, internações ou quaisquer outros custos necessários à completa execução dos serviços.

4.8. A comprovação da execução dos serviços dar-se-á mediante apresentação da documentação assistencial pertinente, incluindo registros de atendimento, laudos endoscópicos, imagens, relatórios técnicos e demais documentos exigidos pela SEMUSA, para fins de faturamento, controle e pagamento.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18 § 1º inciso V)

5.1. Considerando o objeto da contratação, consistente na prestação de serviços especializados de saúde, destinados à realização de exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, procedeu-se ao levantamento das principais soluções disponíveis no mercado, avaliando-se a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade identificada.

a) Execução direta dos serviços pela rede pública municipal

5.1.1. Consiste na realização dos exames especializados diretamente pela rede pública municipal, mediante ampliação da estrutura física existente, aquisição de equipamentos específicos e contratação de profissionais especializados.

Vantagens:

Possibilidade de internalização dos serviços no âmbito municipal;

Maior controle direto sobre a execução dos procedimentos.

Desvantagens:

Inexistência de estrutura hospitalar adequada para a execução dos serviços;

Necessidade de investimentos elevados em equipamentos e instalações;

Dificuldade para contratação e manutenção de profissionais especializados;

Prazo elevado para implantação, incompatível com a urgência da demanda reprimida;

Inviabilidade técnica e financeira no curto e médio prazo.

b) Contratação por meio de processo licitatório convencional

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.

Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000

semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.1.2. Consiste na realização de licitação para contratação de empresa ou consórcio específico, com quantitativos previamente definidos para execução dos procedimentos para exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia.

Vantagens:

Formalização contratual com fornecedor previamente definido;

Possibilidade de previsão orçamentária inicial.

Desvantagens:

Dificuldade de definição prévia de quantitativos, em razão da variabilidade da demanda;

Menor flexibilidade operacional para gestão da fila de espera;

Restrição da concorrência a um número limitado de prestadores;

Risco de subexecução ou necessidade de aditivos contratuais;

Menor adequação à lógica de regulação do SUS.

c) Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados (solução adotada)

5.1.3. Consiste no credenciamento de múltiplas pessoas jurídicas habilitadas para a prestação dos serviços especializados, sob condições padronizadas, com execução conforme regulação da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e pagamento vinculado exclusivamente aos procedimentos efetivamente realizados.

Vantagens:

Permite a contratação paralela e não excludente de múltiplos prestadores;

Amplia imediatamente a oferta de serviços especializados;

Adequa-se à variabilidade da demanda e à lógica da regulação do SUS;

Possibilita pagamento por produção efetiva, evitando custos desnecessários;

Reduz gradualmente a demanda reprimida;

Não exige investimentos estruturais por parte do Município;

Confere maior flexibilidade e eficiência à gestão dos serviços.

Desvantagens:

Exige maior organização administrativa para regulação, controle e fiscalização;

Demanda acompanhamento contínuo da execução dos serviços.

Escolha da solução mais adequada

Considerando:

a existência de demanda reprimida expressiva por procedimentos para exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia;

a insuficiência da capacidade instalada da rede pública municipal;

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.

Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000

semusa@buritis.ro.gov.br

6



Pág.: 6 / 14 - ID. do Doc.: 3.BD5.A7A - 27/03/2026 - 12:51:40 - ASSINADO POR(3): CPF:020.201.277 CPF:063.781.619 CPF:010.501.214

Pág.: 75 / 84 - ID. do Doc.: 3.CBB.2D1 - 15/04/2026 - 16:08:30 - ASSINADO POR(1): CPF:010.761.219

Cod. de Autenticidade do Doc.: 12R2.4U51.540X.X613.7140 - ATHUS - PREFEITURA DE BURITIS - RO

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16X4.1908.230W.K171.4514 - ATHUS - PREFEITURA DE BURITIS - RO



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

a inviabilidade técnica e financeira da execução direta dos serviços;
a variabilidade da demanda assistencial;
a necessidade de ampliar a oferta de serviços de forma célere, eficiente e compatível com a regulação do SUS;

5.1.4. Conclui-se que a solução mais adequada, sob os aspectos técnico, jurídico e econômico, é o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços especializados, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por permitir atender à demanda real do Município de Buritis/RO, otimizar a aplicação dos recursos públicos e assegurar maior acesso da população aos serviços especializados de saúde, em consonância com o interesse público.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18 § 1º inciso VII)

6.1. A solução escolhida consiste no credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços especializados de saúde, destinados à realização de exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do Município de Buritis/RO. A adoção do credenciamento permite a contratação paralela e não excludente de múltiplos prestadores, sob condições padronizadas, com execução dos serviços conforme regulação da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, garantindo flexibilidade operacional, ampliação imediata da oferta assistencial e adequada gestão da demanda reprimida identificada.

6.2. A prestação dos serviços ocorrerá nas dependências dos estabelecimentos das pessoas jurídicas credenciadas, os quais deverão possuir hospital regularmente instalado e em funcionamento no Município de Buritis/RO, devidamente habilitado, licenciado pelos órgãos competentes e em conformidade com as normas sanitárias, técnicas e assistenciais vigentes.

6.2.1. A exigência de estrutura hospitalar no Município fundamenta-se em razões técnicas e assistenciais, especialmente para:

- a) assegurar atendimento seguro em caso de intercorrências clínicas durante ou após o exame;
- b) garantir suporte hospitalar imediato para monitorização, sedação assistida ou estabilização do paciente;
- c) evitar riscos assistenciais e logísticos decorrentes de deslocamentos intermunicipais;
- d) possibilitar continuidade do cuidado e acompanhamento clínico adequado pela rede municipal;
- e) facilitar a fiscalização, auditoria e controle assistencial pela SEMUSA.

6.2.2. O hospital credenciado deverá comprovar, no mínimo:

I – Licença Sanitária vigente;

II – Alvará de funcionamento regular;

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

III – Sala de endoscopia equipada conforme normas da ANVISA;

IV – Sala de recuperação pós-exame devidamente estruturada;

V – Equipe multiprofissional habilitada;

VI – Condições para atendimento de eventuais intercorrências clínicas.

6.2.3. A SEMUSA poderá realizar vistoria técnica prévia para verificar a adequação da estrutura hospitalar antes da habilitação do credenciado.

6.3. No que se refere às exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, estas se traduzem, no contexto da prestação de serviços de saúde, na responsabilidade contínua do prestador pela manutenção das condições adequadas de funcionamento do estabelecimento, incluindo infraestrutura física, equipamentos médico-hospitalares, sistemas de apoio diagnóstico, equipe multiprofissional e insumos necessários à completa execução dos procedimentos, sem ônus adicional ao Município. Inclui-se, ainda, a obrigação de garantir a continuidade do atendimento, a adequada conservação e funcionamento dos equipamentos utilizados, a observância das rotinas de biossegurança, bem como a disponibilização de suporte assistencial e técnico para esclarecimentos, intercorrências e acompanhamento dos pacientes, inclusive no período pós-procedimento, quando aplicável.

6.4. A solução adotada prevê, também, a responsabilidade do prestador pela emissão de laudos, relatórios, registros assistenciais e demais documentos técnicos, garantindo a rastreabilidade dos atendimentos, o adequado faturamento e o controle pela Administração. O pagamento será realizado exclusivamente pelos procedimentos efetivamente executados, conforme os códigos e valores definidos na Tabela SIGTAP, observada a tabela complementar estadual vigente, quando aplicável, o que assegura economicidade, evita desembolsos desnecessários e permite melhor previsibilidade orçamentária.

6.5. Sob o aspecto técnico, o credenciamento mostra-se adequado por fortalecer a linha de cuidado diagnóstica, permitindo acesso oportuno aos exames e definição célere de conduta clínica, com impacto direto na redução do tempo de espera e na melhoria dos desfechos clínicos. Sob o aspecto econômico, a solução é vantajosa por dispensar investimentos estruturais elevados, possibilitar pagamento por produção real e conferir maior eficiência à aplicação dos recursos públicos.

6.6. Dessa forma, a solução escolhida reúne todos os elementos necessários para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração, ampliando o acesso da população aos serviços especializados, reduzindo a demanda reprimida, fortalecendo a resolutividade da rede municipal de saúde e assegurando a observância dos princípios da universalidade, integralidade, equidade, eficiência e economicidade que regem o Sistema Único de Saúde e a Administração Pública.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.

Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000

semusa@buritis.ro.gov.br





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

JUSTIFICATIVA QUE A SOLUÇÃO ADOTADA SE ENQUADRA COMO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

6.7. O Município não dispõe, em sua rede própria de saúde, de estrutura física, equipamentos especializados e equipe técnica habilitada para a realização de exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, procedimentos estes de média complexidade que exigem ambiente adequado, equipamentos específicos e profissionais médicos qualificados.

6.8. Atualmente, tais exames são ofertados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, de forma centralizada na capital do Estado, Porto Velho. Contudo, a elevada demanda regional tem ocasionado longos períodos de espera, o que compromete o diagnóstico precoce, o acompanhamento clínico adequado e a efetividade do tratamento dos pacientes do Município.

6.9. Diante desse cenário, mostra-se necessária a adoção de solução alternativa que possibilite a ampliação do acesso aos referidos exames, de forma mais célere e eficiente, garantindo a continuidade da assistência à saúde da população usuária do SUS.

6.10. A solução proposta consiste no credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na realização dos exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, sob regime de contratação por demanda, sem exclusividade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Tal modelo permite a contratação de múltiplos prestadores, ampliando a capacidade de atendimento e reduzindo o tempo de espera dos usuários.

6.11. Importa destacar que a contratação será realizada exclusivamente com pessoas jurídicas devidamente constituídas, que já possuem estrutura própria, equipamentos, equipe técnica e profissionais habilitados para execução dos serviços, não havendo criação de vínculo empregatício com a Administração Pública.

6.12. Dessa forma, a presente contratação não se caracteriza como substituição de mão de obra de servidores públicos, mas sim como prestação de serviços especializados de saúde por terceiros, executados com autonomia técnica, administrativa e operacional. Os pagamentos serão realizados por procedimento efetivamente executado, conforme demanda regulada pelo Município.

6.13. Assim, a despesa decorrente da contratação enquadra-se como “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, não incidindo sobre o índice de despesa com pessoal do Município, nos termos da legislação fiscal vigente.

6.14. Por fim, conclui-se que a solução proposta é tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente justificável, uma vez que permite atender à demanda existente de forma eficiente, reduzir filas de espera e assegurar o acesso oportuno da população aos serviços de saúde essenciais.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (Art. 18 § 1º inciso IV)

7.1. A estimativa de produção terá como referência prioritária a fila de espera do SISREG para endoscopia digestiva alta e colonoscopia, podendo ser ajustada conforme a capacidade instalada dos credenciados e a disponibilidade financeira.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18 §1º inciso VI)

8.1. Os valores a serem praticados serão definidos por procedimento efetivamente realizado, observados os valores de referência do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme normativos estaduais vigentes aplicáveis ao financiamento da média complexidade, sendo a execução condicionada à regulação da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

8.2. Para a operacionalização do credenciamento, o Município dispõe, inicialmente, do montante de R\$ 192.160,00 (cento e noventa e dois mil, cento e sessenta reais), oriundos de recursos estaduais destinados ao custeio da Média e Alta Complexidade – MAC, repassados ao Município por meio do Fundo Nacional de Saúde conforme instrumentos de repasse e documentos financeiros que instruem o processo administrativo.

8.3. Os documentos comprobatórios que detalham a origem dos recursos, valores individualizados, portarias de habilitação, propostas aprovadas e respectivos planos de trabalho encontram-se devidamente anexados aos autos, para fins de comprovação da disponibilidade orçamentária e do lastro financeiro da contratação.

8.4. Ressalta-se que o valor indicado possui caráter estimativo e programático, não representando obrigação de execução integral, uma vez que a contratação ocorrerá na modalidade de credenciamento, com pagamento vinculado exclusivamente aos procedimentos efetivamente realizados, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, podendo o montante ser suplementado mediante a liberação de novos repasses federais e/ou emendas parlamentares devidamente formalizados.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Art. 18 §1º inciso VIII)

9.1. Será permitido o parcelamento da solução, conforme a necessidade estabelecida pela secretaria de Saúde.

9.2. Serão credenciadas as empresas que enviarem a documentação correta e estipulada pela Secretaria de Saúde, dentro do cronograma estabelecido.

9.3. A convocação será realizada conforme ordem de envio de documentação.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18 §1º inciso XI)

10.1. A presente análise conclui que não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a execução do objeto, uma vez que o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços especializados de saúde é autônomo e suficiente para o atendimento da demanda identificada.

10.2. Os procedimentos para os exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, serão executados pelos próprios prestadores credenciados, que detêm a estrutura, os equipamentos, os insumos e os profissionais necessários à completa realização dos serviços, não demandando contratações adicionais por parte do Município.

10.3. Dessa forma, a solução proposta atende de maneira adequada às necessidades assistenciais do Município, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, não havendo dependência de outros contratos para sua efetiva execução.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (Art. 18 § 1º inciso II)

11.1. O objeto da contratação foi incluído no Plano de Contratações Anual [2026], conforme detalhamento a seguir:

11.2. ID PCA no PNCP: [01266058000144-0-000001/2026];

11.3. Item do PCA 198.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO (Art. 18 § 1º inciso IX)

12.1. Pretende-se, com a presente contratação, ampliar o acesso da população aos serviços especializados de saúde, por meio do credenciamento de pessoas jurídicas aptas à prestação de serviços de exames especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS. Busca-se assegurar a contratação mais vantajosa para o Município, garantindo tratamento isonômico entre os prestadores credenciados e a adequada aplicação dos recursos públicos.

12.2. A solução adotada permitirá a redução gradual da demanda reprimida, diminuição do tempo de espera por exames diagnósticos especializados de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, a melhoria da resolutividade da rede municipal de saúde e a continuidade do cuidado aos usuários do SUS, contribuindo para melhores desfechos clínicos e o fortalecimento da atenção secundária e hospitalar.

12.3. A contratação exigirá dos prestadores credenciados a observância das boas práticas assistenciais e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

sanitárias, bem como o cumprimento das normas técnicas e ambientais aplicáveis à prestação de serviços de saúde, contribuindo para a racionalização do uso de recursos, a adequada gestão de insumos e a redução de impactos ambientais, na medida do que é aplicável à natureza dos serviços, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da eficiência administrativa.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Art. 18 § 1º inciso X)

13.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

13.2. A Unidade Municipal solicitante indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato, sendo que a designação deles será realizada de acordo com as normas Municipais, observado o princípio da Segregação das Funções.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 18 § 1º inciso XII)

14.1. A contratação de serviços especializados de saúde para a realização de exames de endoscopia digestiva alta e colonoscopia pode gerar os seguintes impactos ambientais:

14.1.1. Geração de resíduos de serviços de saúde, tais como materiais descartáveis, resíduos biológicos, químicos e perfurocortantes, inerentes à realização dos exames endoscópicos e aos procedimentos de limpeza, desinfecção e esterilização dos equipamentos;

14.1.2. Consumo de insumos médicos e hospitalares de uso único (luvas, campos, aventais, sondas, materiais de limpeza e desinfecção), com potencial aumento na geração de resíduos sólidos;

14.1.3. Consumo de água e energia elétrica nos estabelecimentos credenciados, especialmente em razão do funcionamento de equipamentos endoscópicos, sistemas de lavagem automatizada, esterilização, climatização e iluminação adequadas para os procedimentos;

14.1.4. Impactos indiretos relacionados ao deslocamento de pacientes para a realização dos exames, podendo contribuir para emissões atmosféricas associadas ao transporte.

14.2. PLANOS DE MITIGAÇÃO

14.2.1. Exigência de que os prestadores credenciados implementem e mantenham Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), com segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente e com as normas da ANVISA e dos órgãos ambientais competentes;

14.2.2. Determinação de que os resíduos gerados sejam destinados exclusivamente a empresas devidamente licenciadas para tratamento e disposição final, devendo o prestador manter controles, registros e comprovantes de destinação ambientalmente adequada;





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

14.2.3. Incentivo à adoção de práticas de uso racional de insumos, água e energia, sem prejuízo da segurança do paciente e da qualidade assistencial, visando à redução de desperdícios e ao uso sustentável dos recursos;

14.2.4. Observância de rotinas assistenciais e operacionais que minimizem a geração de resíduos, sempre que tecnicamente possível e compatível com as boas práticas de saúde e com os protocolos do SUS;

14.2.5. Orientação para que a logística de atendimento seja organizada de forma eficiente, priorizando agendamentos otimizados e redução de deslocamentos desnecessários, mitigando impactos ambientais indiretos relacionados ao transporte.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (Art. 18 § 1º inciso XIII)

15.1. A pretensa contratação mostra-se VIÁVEL do ponto de vista técnico, econômico e ambiental, considerando os benefícios levantados durante a elaboração do referido estudo e os objetivos estratégicos da SEMUSA.

16. RESPONSÁVEIS

16.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário local no sistema de processo eletrônico ATHUS da Prefeitura de Buritis – RO e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Buritis/RO, 27 de março de 2026.

Elaborado por:

Denise dos Santos Souza

Portaria Interna Nº 1/SEMUSA/2026

Revisado por:

Cristiano Bianques Campos Silva

Portaria Interna Nº 1/SEMUSA/2026

Autorizado por:

Alan Rezende Damaceno

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 15.788/GAB/PMB/2025

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.

Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000

semusa@buritis.ro.gov.br





PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **ALAN REZENDE DAMACENO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CPF: 020.20*. **2-7 em 27/03/2026 12:59:19, Cód. Autenticidade da Assinatura: 12V5.1959.8199.H473.8811, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **CRISTIANO BIANQUES CAMPOS SILVA**, CPF: 063.78*. **6-9 em 27/03/2026 12:56:42, Cód. Autenticidade da Assinatura: 12V8.7X56.2424.Z448.4118, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **DENISE DOS SANTOS SOUZA**, CPF: 010.50*. **2-4 em 27/03/2026 12:51:40, Cód. Autenticidade da Assinatura: 12X4.5E51.740V.W23V.3883, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.BD5.A7A** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**.

Elaborado por **DENISE DOS SANTOS SOUZA**, CPF: 010.50*. **2-4, em 27/03/2026 - 12:51:40

Código de Autenticidade deste Documento: 12R2.4U51.540X.X613.7140

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

THIAGO ALVES DE SOUSA -
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E
CONTRATAÇÕES

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **THIAGO ALVES DE SOUSA - SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, CPF: 010.76*. **2-*9 em **15/04/2026 16:08:30**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1644.8208.5302.R24Z.7037, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.CBB.2D1** - Tipo de Documento: **EDITAL DE CREDENCIAMENTO**.

Elaborado por **THIAGO ALVES DE SOUSA**, CPF: 010.76*. **2-*9 , em **15/04/2026 - 16:08:30**

Código de Autenticidade deste Documento: 16X4.1908.230W.K171.4514

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>

